

ESCOLA NORMAL RURAL: ARTICULANDO EVANGELIZAÇÃO À FORMAÇÃO DO PROFESSOR - Flávia Obino Corrêa Werle – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS - Eixo temático: 3 - Cultura e práticas escolares

A comunicação analisa o conteúdo dos discursos produzidos nas Conferências Nacionais de Educação quando se debatia o vínculo entre a permanência da população no campo e o papel formador que a escola deveria exercer para estancar o êxodo rural e incrementar um projeto de higienização da cidade, de nacionalização e patriotismo. Discute também a posição da igreja católica, especialmente as iniciativas do Arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, acolhidas e expostas em convênio entre o governo do Rio Grande do Sul e a arquidiocese de Porto Alegre demonstrando a convergência entre estes discursos. O trabalho debate uma face do contexto político-ideológico em que as Escolas Normais Rurais foram criadas caracterizando a primeira dentre as criadas no Rio Grande do Sul – Escola Normal Rural da Arquidiocese.

Concepções de educação rural veiculadas no 8º. Congresso Brasileiro de Educação

A Associação Brasileira de Educação promoveu várias reuniões nacionais¹ sobre o problema da educação no Brasil. Inicialmente pensadas para ocorrerem anualmente, a primeira, foi desenvolvida em Curitiba, em 1927, analisando a organização do ensino primário. A segunda e a terceira tematizaram o ensino secundário ocorrendo respectivamente, em 1928, Belo Horizonte, em 1929, São Paulo. A quarta reunião foi no Rio de Janeiro, em 1931 e, em 1932, a quinta, realizada em Niterói, discutiu a educação na carta constitucional. Em 1934, em Fortaleza, ocorreu a sexta conferência, cujo tema principal foi a organização geral do ensino e, no ano seguinte 1935, realizou-se a sétima no Distrito Federal, com o tema Educação Física. O oitavo Congresso Brasileiro de Educação ocorreu em Goiás, em 1942, tendo como tema A educação primária fundamental – objetivos e organização: a) nas pequenas cidades e vilas do interior; b) na zona rural comum; c) nas zonas rurais de imigração; d) nas zonas do alto sertão. É o conteúdo dessa última Conferência que interessa diretamente ao debate que fazemos neste artigo.

¹ As reuniões anuais da ABE serão, neste texto designadas indiferentemente de congresso ou de conferência.

O grande foco de discussão no 8º. Congresso foi a educação do meio rural. A orientação ruralista e o destaque à preservação da natureza deveria sensibilizar e fazer-se presente nas propostas de formação inclusive das escolas urbanas. O escoteirismo figurava entre as alternativas para aproximar as escolas urbanas do ambiente natural. A fundação de *clubes agrícolas* junto a grupos escolares e escolas reunidas era também estimulada pois o ruralismo, deveria também ser estendido às elites: “é muito mais importante e eficaz do que habilitar bons trabalhadores rurais, criar nas elites a atitude emocional, a base psicológica para o domínio efetivo do espaço brasileiro” (ASSOCIAÇÃO ..., 1944, p. 68). Junto ao destaque e sensibilização ruralista, para o que concorriam os clubes e os jornais escolares, o patriotismo era um tópico importantíssimo a eles associado.

“obrigatoriedade da existência de instituições agremiativas escolares em todos os estabelecimentos de ensino, favorecendo a assistência social escolar, o instinto de sociabilidade e o senso cívico infantil, nas comemorações e datas históricas, tendo em vista ativar, movimentar o ambiente social escolar e intensificar o sentimento de Pátria” (ASSOCIAÇÃO ..., 1944, p.125).

O objetivo da educação rural estendia-se pois, também, à formação das elites. Com isso, o problema da educação rural não se restringia a escolas de zonas rurais, mas era um problema da educação nacional, “se a idéia do espaço penetra em toda a escola brasileira, identificam-se os objetivos da educação rural com os da educação nacional”, afirmava Rômulo de Almeida, em sua tese *Ruralismo e professorado* (ASSOCIAÇÃO ..., 1944, p. 69) apresentada no 8º. Congresso da ABE. Esse professor propunha que não houvesse diferenciação nítida entre escola urbana e rural, pois a escola da grande cidade, da roça, da praia devia voltar-se para os objetivos culturais da Nação. Mas se um cunho voltado para a preservação e aproximação com o ambiente natural dava visibilidade à educação rural, também uma dimensão civilizadora era igualmente defendida. A proposta é que em cidades do interior a educação deveria encaminhar para o conhecimento da vida rural do município, a exigência de bons produtos e noções sobre seu beneficiamento, cultivo em quintais e roças, o aprendizado de indústrias domésticas e o desenvolvimento do artesanato. Teses com alternativas diversificadas foram apresentadas tais como *Granjas-escolares*, *fazenda-escola*, *internato-rural*, *clubes de trabalho* (esses pensados para os egressos da escola primária, especialmente em localidades onde a continuidade de estudos e a oferta de trabalho fossem mínimas), *missões culturais* (que seriam uma forma de oferecer assistência técnica em zonas

rurais onde não houvesse acesso a meios modernos de informação), *semanas ruralistas* (articulando toda a população de uma região em discussões de novas técnicas e problemas relacionados à vida rural) e a transformação de “escolas de letras” situadas em zonas rurais em *escolas profissionais*.

Celso Kelly, presidente da ABE, referindo uma “educação nacionalista” destacava a importância de uma cultura homogênea constitutiva da unidade moral do povo essa obtida por objetivos comuns gerais e respeito à diversidade de objetivos de acordo com cada região. Para ele a ação da escola na perspectiva civilizadora deveria ser progressivamente mais intensa e direta nas zonas rurais, intermediária nas pequenas cidades e menos forte nos centros urbanos, com o que a escola contribuiria para alçar as populações para níveis culturais mais desenvolvidos sem entretanto desconhecer as manifestações da arte popular. “Nas zonas de alto sertão as escolas deverão aproximar as populações primitivas, bem como os remanescentes indígenas, dos círculos sociais civilizados, dando um sentido de culto nacional às manifestações de arte popular” (ASSOCIAÇÃO ..., 1944, p. 89).

Civilização exigia saneamento e essa dimensão a escola também deveria atender, especialmente na zona de alto sertão, permeada de endemias, sobretudo de malária. Muitas eram as expectativas e objetivos escolares

- “a) adaptação ao meio físico: ensinar a comer, a vestir, a morar, e ministrar a educação física como fator de resistência, de bom-humor e longevidade, no nosso clima;
 - b) domínio técnico e produção: conhecimento da natureza, para a proteção de suas fontes de vida e energia, a semeadura de novas riquezas, e o perfeito aproveitamento de seus frutos;
 - c) identificação emocional pelos motivos artísticos e místicos da terra e da tradição”
- (ASSOCIAÇÃO ..., 1944, p. 70)

A formação do professor para exercer a docência em zona rural deveria ser muito específica pois eles deveriam constituir-se em pessoas plenamente identificadas com a educação moderna, mas também com as práticas rurais. Esse perfil de professor incluía elevada consciência pedagógica e entusiasmo cívico, concepção de magistério como sacerdócio, percepção do sentido filosófico de sua missão e da responsabilidade espiritual de seu apostolado, permanentemente voltado para o estudo, o desenvolvimento profissional e cultural (ASSOCIAÇÃO ..., 1944, p. 124- 125). As escolas normais que viessem ser criadas, deveriam situar-se, preferencialmente, no campo (ASSOCIAÇÃO..., 1944, p. 43). A escola de formação de professores ajustada às características econômicas do meio, passaria a designar-se

Escola Normal Rural responsável pela preparação de professores rurais especializados capazes de desenvolver atividades agrícolas, industriais e pastoris conforme a região. As Normais Rurais deveriam ser locais de aprendizagem pedagógica e de prática agrícola e de manejo de animais bem como de noções de saneamento necessárias à região. Portanto, o professor rural deveria ter conhecimentos de agricultura e enfermagem para ajudar as comunidades em que fosse trabalhar. Essas escolas deveriam ter *grêmios pedagógicos*, para a formação de uma mentalidade profissional entre os futuros professores, bem como *imprensa escolar* com a colaboração de alunos e professores (ASSOCIAÇÃO ..., 1944, p., 81). Deveria também ter *círculos de estudos* de professores, assinatura de *revistas pedagógicas*, *cursos de aperfeiçoamento* feitos simultaneamente pelo rádio e por correspondência, *biblioteca pedagógica*, recomendando a criação de *associação de professores* em todos os municípios (ASSOCIAÇÃO ..., 1944, p. 125). Portanto, a proposta de formação do professor para a zona rural avançava além da proposição de um currículo específico, incentivando práticas complementares de formação e de educação continuada.

Materialmente a escola rural de ensino de primeiras letras deveria ter uma área de terreno para o exercício de atividades relacionadas com os recursos econômicos do meio, e o desenvolvimento da lavoura por processos modernos, pequena horta e jardim, onde os alunos pudessem entrar em contato com a natureza e praticar jardinagem, apicultura, avicultura, horticultura e atividades relacionadas aos recursos econômicos locais. Os prédios deveriam ter, além de salas de aula, dependências para residência do professor o que contribuiria para estabilidade, permanência e desenvolvimento da educação rural. O professor rural deveria receber assistência (técnica, intelectual, social e moral), condições para aperfeiçoamento e remuneração diferenciada. A assistência técnica implicaria em visitas de orientadores pedagógicos, sanitários e agrícolas. O 8º. Congresso recomendava que o professor rural, em decorrência das dificuldades e da perda de conforto a que se submetia, deveria ganhar mais do que o professor de zona urbana (ASSOCIAÇÃO ..., 1944, p. 43).

Em síntese, a educação rural foi discutida de diferentes enfoques e sua valorização percorreu todos os debates no 8º. Congresso, tendo inclusive o trabalho do professor primário rural recebido um voto de louvor no 8º. Congresso da ABE, que o reconheceu como eficiente, patriótico, embora anônimo; um trabalho de significativa ação civilizadora.

Portanto o 8º. Congresso defendeu e valorizou insistentemente a educação rural, a vinculação da escola ao seu meio, a formação específica do professor para trabalhar no meio rural, a formação pedagógica do professor associada a conhecimentos de educação sanitária, higiênica e agrícola. Se essas eram as discussões e as propostas em âmbito nacional de incremento para a educação rural, no Rio Grande do Sul, a Igreja e o governo do Estado articulavam-se alinhando seus interesses com várias destas proposições acerca da educação rural. No RGS os processos de nacionalização do ensino haviam provocado o fechamento de muitas escolas rurais de primeiras letras, as que funcionavam em núcleos imigrantistas; o abandono destas populações em termos de atendimento escolar era motivo de preocupação, exigindo ação imediata.

**Autonomia do poder espiritual para fundar e manter escolas: Convênio entre o
Arcebispo de Porto Alegre e a Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública do
Rio Grande do Sul**

O ano de 1940 assiste a uma configuração inusitada do sistema de ensino público estadual no Rio Grande do Sul, como um esforço para a plena nacionalização do ensino e a subsistência das escolas católicas, o Governo do Estado e a Arquidiocese de Porto Alegre estabelecem um convênio relativo às escolas católicas, considerando a necessidade da integral nacionalização do ensino, pelo qual se vinham batendo, desde muito, ambos os pactuantes.

Considerando a utilidade social e nacional de uma perfeita harmonia e colaboração entre os poderes temporal e espiritual, firma-se o presente convenio, integrado pelas clausulas seguintes, que englobam os direitos e os deveres dos dois pactuantes:

1º - A Arquidiocese de Porto Alegre tem ampla liberdade e autonomia de fundar e manter escolas católicas, bastando que as mesmas se sujeitem às clausulas do presente convenio, para terem o amparo da lei e a proteção do Estado.

2º - A Cúria Metropolitana fornecerá à Secretaria da Educação a lista completa das escolas católicas da Arquidiocese, declinando qualquer responsabilidade pela conduta de todas aquelas que embora de orientação católica, não se incluam na referida lista.

3º - À proporção que se fundarem novas escolas católicas, as mesmas serão registradas na Secretaria da Educação, por intermédio da Cúria Metropolitana, a qual, igualmente, dará baixa das que deixarem de existir.

4º - A Cúria Metropolitana se compromete, sem prejuízo da completa autonomia administrativa e confessional das referidas escolas, a manter nas mesmas um ensino rigorosamente nacional,

de acordo com a legislação federal e estadual atinente à matéria. (...) Porto Alegre, 5 de Junho de 1940. Pelo Governo do Estado, (ass.) **J. P. Coelho de Souza**, Secretário de Educação e Saúde. (ass.) * **João Becker**, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre. (Unitas, 1940)

Por este instrumento a Cúria Metropolitana se instituía como mediadora das escolas católicas junto ao poder público assumindo os interesses do governo, controlando escolas e professores. Por intermédio dos párocos procedia à listagem completa das escolas católicas, indicando a localidade e o município em que se situavam, a quem pertencia o prédio escolar, quem era seu diretor, a quantidade de alunos por sexo, bem como a quantidade de turmas atendidas. Todos estes dados levantados pelos párocos, os quais tinham que informar também a nacionalidade dos diretores, se estes conheciam suficientemente o português e se eram merecedores da “confiança absoluta” do pároco assim como da Cúria, eram enviados à Secretaria de Educação e Saúde.

Este convênio abriu caminho para que a Arquidiocese instalasse várias escolas de formação de professores diretamente ou com o apoio de congregações religiosas.

Criação da Escola Normal Rural da Arquidiocese

Em 4 de abril 1941, por decreto do Arcebispo Metropolitano Dom João Becker, a Escola Normal Rural da Arquidiocese de Porto Alegre foi criada no Instituto Champagnat, onde hoje está o Colégio Champagnat no *campus* da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O local, onde se situava a escola, hoje plenamente urbanizado era, naquela época, área nitidamente agrícola da capital, onde funcionava um setor agropecuário com parreiras, cítricos, gado leiteiro., criação de coelhos. A escola situava-se à Avenida Bento Gonçalves, no. 4.314, arrabalde de São José, hoje bairro Partenon, oferecendo um curso destinado a “alunos não aspirantes à vida religiosa - que provinham do interior e que se destinavam a ser futuros profissionais nas tarefas de agricultura. Era uma espécie de ‘apêndice’ leigo no meio de uma casa eminentemente religiosa” (BALDIN, 1999, p. 142). O Curso Normal Rural era desenvolvido em 4 anos e seus os alunos tinham aulas junto com o Juvenato e o Escolasticado da Congregação Marista. As duas primeiras turmas foram compostas por alunos, muitos com curso de Filosofia e Teologia, candidatos ao Seminário Diocesano.

Em carta datada de 1º. de outubro de 1941 o Vigário Geral da Arquidiocese dirigia uma circular aos párocos chamando a atenção para a importância do magistério e para o novo

estabelecimento recém criado especialmente dedicado à formação de professores para a zona rural.

Ninguém melhor do que o sacerdote conhece e sente a influência profunda e decisiva que o professor exerce sobre os alunos, influência deletéria ou salutar, de acordo com a orientação que o mesmo seguir no exercício de sua nobre profissão.

Nada mais importante, por isso, do que a formação adequada de professores dignos e virtuosos, imbuídos de genuíno amor a Deus e à Pátria.

A Arquidiocese de Porto Alegre, mercê de Deus, possui um estabelecimento modelar, no qual, sob as vistas da Igreja e do Estado, são formados os professores que amanhã, serão os plasmadores das almas juvenis das nossas vastas zonas rurais, educando – quer no magistério publico, quer no paroquial - a infância gaúcha para o cumprimento exato dos seus deveres familiares e sociais, cívicos e religiosos.

Referimo-nos à ESCOLA NORMAL RURAL DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE que, desde abril ultimo, funciona nesta Capital, anexa ao Instituto Champagnat, sob a direção dos beneméritos Irmãos Maristas.

O curso tinha como objetivo resolver o “problema angustiante do professorado para as escolas paroquiais além de fornecer ao Estado bom número de professores rurais” (Carta do Vigário Geral para os párocos, 1º. 10/1941). A formação deveria estar orientada para dois eixos: Deus e Pátria. Os párocos eram chamados a desenvolver propaganda urgente e entusiástica do estabelecimento.

Queira pois, V. Revma. envidar os seus melhores esforços no sentido de conseguir, para o próximo ano, um bom número de candidatos ao magistério rural, recrutando-os – sem prejuízo das vocações sacerdotais – entre as melhores famílias da sua paróquia e auxiliando-os a remover quaisquer dificuldades e obstáculos, reais ou imaginários, que venham a pretextar.

Sendo que todos os professores diplomados pela E.N.R. têm garantidas a sua colocação e a sua remuneração, em virtude do Convenio firmado entre o Governo do Estado e o da Arquidiocese, não deverá ser difícil convencer os pais de boa vontade a encaminharem seus filhos para a carreira nobre e apostólica do magistério, tornando-se assim beneméritos da Igreja e da Pátria.

Se no final do século XIX e início do XX o professor começava o magistério em escolas situadas em zonas rurais ou de população rarefeita, classificadas em 1ª. entrância nas quais a remuneração era inferior daquela auferida nas de 2ª. e de 3ª. entrância (WERLE, 2005), com as Escolas Normais Rurais a situação se modifica pois pelo convênio a Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública compromete-se a remunerar melhor o professor.

O governo criará um quadro de professores rurais do sexo masculino, que será integrado pelos diplomados da Escola Normal Católica e outras congêneres. Duas terças partes

dos professores diplomados pela Escola Normal Rural ficarão à disposição das dioceses a que pertencem e um terço à disposição do Estado. O Governo do Estado dará às aulas católicas regidas por um professor diplomado pela Escola Normal Rural uma subvenção correspondente a 50% do ordenado que paga aos professores rurais colocados por ele.

As condições para ingresso na Escola da Arquidiocese eram de ordem intelectual, verificadas por um exame de admissão abrangendo também a avaliação de várias características dos candidatos, incluindo o físico, a saúde, a personalidade e a verificação da conduta moral e religiosa.

Qualquer que seja o adiantamento do candidato, deverá cursar pelo menos a terceira série propedêutica. Admitem-se candidatos desde a idade de 12 anos. Para o professorado, são exigidos os seguintes requisitos: 1º - Físico forte e sadio; 2º - Juízo reto e dócil; 3º - Espírito organizador; 4º - Caráter franco e firme, e disposição para o estudo; 5º - Amor ao trabalho e à ordem. Para matrícula deveriam apresentar: Certidão de idade e de batismo; atestado de boa conduta moral e religiosa, passado pelo Revdo. vigário da paróquia; atestado de saúde; atestado de vacina antivariólica. As notas mensais de conduta e de aplicação serão enviadas regularmente aos Snrs. Pais e ao Revdo. vigário da paróquia

Portanto, apenas católicos poderiam ser admitidos na escola e aqueles que realmente se destinassem ao magistério, preferencialmente originários de zonas rurais.

Os candidatos à Escola Normal Rural, se selecionados deveriam providenciar um enxoval composto de roupas de cama - 2 travesseiros, 1 cobertor de lã, 4 lençóis, 4 fronhas – incluindo um colchão de 180x65, todos marcados com o número da matrícula do aluno e roupas pessoais incluindo toalhas de mão, “6 ceroulas, 6 pares de meias, 2 sacos para roupa servida, 1 par de sapatilhas para o dormitório, 1 par de botinas pretas, 2 pares de sapatos simples mais fortes, 2 toalhas de banho, 4 guardanapos, 6 camisas, 6 lenços, 2 uniformes caqui feitos segundo modelo, 1 escova para dentes, outra para roupa, outra para calçado, 1 pente, espelho” (Unitas, 1941)

O curso implicava em despesas elevadas pois incluía internato exigindo bolsa de estudos mantida pelo poder público estadual ou municipalidades ou era custeado pelas paróquias, uma vez que os selecionados, de famílias de zona rural, eram em geral, pessoas sem condições de manutenção dos filhos na escola. Os párocos divulgariam a importância da Escola Normal Rural e as paróquias manteriam alguns estudantes num espírito que articulava responsabilidade evangelizadora e patriótica.

A contribuição anual é de 1:000\$000 paga do modo seguinte: 400\$000 no ato da entrada, 300\$000 a 1º de julho, e os restantes 300\$000 a 1º de setembro. Não há desconto pelo

atraso na entrada, nem pela retirada dos alunos antes do fim do ano. a conta de extraordinários: livros, médico, educação física, etc., será enviada trimestralmente.

*** Escolas de Tiro**

As Escolas Normais Rurais foram criadas num momento histórico de exacerbamento do patriotismo e, pelo menos duas dentre as três estudadas, tinham Escola de Tiro associadas o que reforçava ainda mais o nacionalismo junto a seus alunos, futuros professores. A Escola Normal da Arquidiocese tinha uma Escola de Instrução Militar² instalada ao lado e ao divulgar o Normal Rural os comunicados também informavam a possibilidade dos candidatos cumprirem com os deveres para com a Pátria.

Na época era comum que as escolas masculinas tivessem instrução militar. No Colégio Anchieta, por exemplo havia um Centro de Instrução Pré-Militar no. 304, instalado oficialmente em 15 de maio de 1943, conforme apresenta a Revista Eco (6 de junho de 1943,n.5, ano XX, página 11). Na Escola Normal Rural Murialdo de Ana Rech também foram oferecidos cursos de instrução militar. A Escola Normal da Arquidiocese portanto oferecia uma oportunidade excelente de realização das obrigações com o serviço militar e de formação para uma profissão, com emprego garantido.

*** Criação de escolas rurais de primeiras letras**

Numerosa caravana, na qual faziam parte as mais altas autoridades civis e militares, dirigiu-se, em 2 de setembro, à Vila Feliz para a inauguração do Grupo Escolar dessa localidade, cerimônia essa com que ficavam inaugurados mais trinta outros Grupos em diversas partes do Estado. S. Excia., o Sr. Arcebispo lançou a bênção ao edifício e fez significativo discurso (Unitas, 1941, p. 337)

Ora, o governo do estado estava preocupado com a formação de professores para zonas rurais bem como com a abertura de escolas de primeiras letras para prover educação em locais aonde as escolas paroquiais haviam sido fechadas, tanto é que em setembro de 1941, trinta unidades foram inauguradas nos mais diversos pontos do estado. Também nesse evento Igreja e Estado se associaram. Em cerimônia inaugurando o Grupo Escolar de Vila da Feliz o

² Funciona a Escola de Instrução Militar nº 316 junto ao Instituto Champagnat, para a obtenção da caderneta de reservista de 2ª Categoria: Os alunos da E. N. R. poderão nela se inscrever quando completarem 16 anos, até 1º de abril. A Inspeção dos Tiros de Guerra exige a apresentação da certidão de idade. Todos os alunos são obrigados a tomar parte nos exercícios de Educação Física e da E. I. M., para a obtenção da caderneta de reservista e do certificado de Monitor de Educação Física.

Arcebispo Dom João Becker referia³ as dificuldades que a nacionalização encontrava em zonas agrícolas

Este pronunciamento explicitava claramente a articulação entre Igreja e Estado e a necessidade de criar escolas com espírito patriótico, de nacionalização e civilidade. Dizia o Arcebispo que desde 1914, Primeira Guerra Mundial vinha trabalhado no sentido de modificar esse sistema uma vez que os professores públicos ministravam uma instrução precária permanecendo os alunos semi-alfabetizados. A utilização de língua estrangeira nas escolas constituía sério problema de comunicação entre aluno e professor com o que o ensino público não era bem visto e “os oriundos daquelas zonas eram considerados, não raro, como cidadãos de segunda categoria, porque não falavam a língua vernácula”. Chamava a atenção para a formação do professor em novos moldes e para o ensino religioso:

O Sr. Secretario da Educação se tem esforçado no sentido de formar um professorado de escol, que póde devidamente, atender à formação da população escolar. Acresce que o ensino religioso ministrado nos grupos e colégios do Governo, além de representar uma necessidade absoluta, muito ajudará as professoras na moldagem do caráter moral dos seus alunos. Entre os grupos escolares e as escolas paroquiais e particulares não convém que haja dificuldades, e espero que não haja nenhuma, porque uma e outra classe goza de existência legal e tem direitos próprios que devem ser, mutuamente, respeitados. Ambas têm por objetivo a educação da juventude rio-grandense para a glória de Deus e o engrandecimento da Pátria. (Unitas, 1941, p. 316)

*** Nomeação do diretor da Escola Normal Rural**

Embora tendo sido entregue aos Irmãos Maristas a Escola Normal Rural permanece subordinada ao Arcebispo, podendo-se dizer que a Escola Normal da Arquidiocese era da Arquidiocese (como o próprio nome indicava) e não dos Maristas. Assim, o primeiro diretor

³ A difusão e a intensificação do ensino na zona agrícola é de suma utilidade. Abandonada e esquecida durante muitos anos, levava uma vida quase isolada da comunhão nacional. Hoje é outra a mentalidade. Em tempos passados a fundação de escolas dependia das conveniências políticas dos partidos que procuravam galgar as posições governamentais. O bem publico estava subordinado aos imperativos da ambição pessoal ou dos interesses particulares. Creou-se, dessa maneira, uma situação anormal, onde proliferavam abusos e se introduzia uma verdadeira anarquia referente ao ensino e à educação. As populações agrícolas só tinham a ventura especial de ouvirem promessas de novas escolas e de estradas em vésperas de eleições municipais, estaduais e federais. Fundaram-se muitas escolas particulares dirigidas por professores, às mais das vezes alienígenas, que defendiam a juventude contra o analfabetismo, mas não lhe podiam inspirar os genuínos sentimentos de brasilidade. Faziam o que estava ao seu alcance, mas a formação nacional era defeituosa. E acontecia que representantes de nações estrangeiras subvencionavam escolas na mencionada região e nelas mandavam com maior autoridade do que os poderes civis e eclesiásticos do país.

da Escola Normal da Arquidiocese, Irmão Eduardo, é nomeado⁴ por portaria do Arcebispo de Porto Alegre, datada de 4 de junho de 1941.

Dentre os poucos registros acerca da escola há a informação de que o Irmão Eduardo era competente e paternal sendo considerado “uma lenda para essa Escola Normal Rural! Essa escola era a menina dos seus olhos” (BALDIN, 1999, p. 142). Sob a direção do Irmão Eduardo o Irmão Aurélio, ou Pedro Antonio Lago, foi professor e ‘prefeito’ do internato da Escola Normal Rural da Arquidiocese, atuando durante três anos e meio no Instituto Champagnat e dois anos e meio em Guaporé. Em junho de 1945, a Escola Normal Rural da Arquidiocese foi transferida para Guaporé. As dependências anteriormente ocupadas pela Normal Rural permitiram que fosse criada uma nova divisão no internato a partir de 1946. Quando foi transferida para Guaporé funcionou no Colégio Conceição, dos Irmãos Maristas. Em 1945 a Escola Normal Rural, por não desenvolver especificamente junto aos alunos uma formação agropecuária, foi transferida para Guaporé onde funcionou até 1954, sendo posteriormente transferida para a cidade de Estrela.

Demonstra-se assim importante convergência de discursos veiculados no 8o. Congresso Brasileiro de Educação e o emitido pela Igreja do RGS, ambos destacando o ruralismo, patriotismo, importância da escola rural e da formação específica do professor para a zona rural.

⁴ Fazemos saber que atendendo às qualidades que concorrem na pessoa do Ver. Irmão Eduardo, da Congregação dos Irmãos Maristas, e em vista de o mesmo nos ter sido apresentado pelo Ver. Irmão Afonso, seu Superior Provincial, para tal fim, havemos por bem nomeá-lo, pela presente Portaria o Diretor da Escola Normal Rural da Arquidiocese de Porto Alegre, cargo que ocupará enquanto não mandarmos o contrario. Dada e passada em Nossa Câmara Esclesiástica de Porto Alegre, sob o Sinal e Selo das Nossas Armas. (Unitas, 1941)